

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
BEATRIZ REGINA MENDES

**Arqueologia da Escravidão: uma proposta de pesquisa para Florianópolis**

Florianópolis

2014

**BEATRIZ REGINA MENDES**

**Arqueologia da Escravidão: uma proposta de pesquisa para Florianópolis**

Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado e  
Licenciatura em História da Universidade Federal de  
Santa Catarina, sob orientação do Professor Doutor  
Lucas de Melo Reis Bueno.

Florianópolis

2014



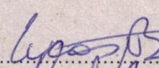
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

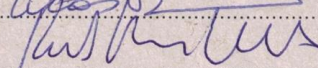
ATA DE DEFESA DE TCC

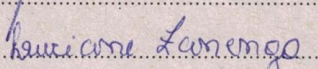
Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, às oito horas, no Laboratório de Estudo Interdisciplinares em Arqueologia (LEIA), do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor **Lucas de Melo Reis Bueno**, Orientador e Presidente, Professor **Paulo Pinheiro Machado**, Titular da Banca, e a Professora **Luciane Zanenga Scherer**, Suplente, designados pela Portaria nº41 /TCC/HST/14 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Beatriz Regina Mendes**, subordinado ao título: “**Arqueologia da Escravidão: uma proposta de pesquisa para Florianópolis**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi argüida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido do Professor **Lucas de Melo Reis Bueno**, a nota final 9,0, do Professor **Paulo Pinheiro Machado**, a nota final 9,0, e da Professora **Luciane Zanenga Scherer**, a nota final 9,0; sendo aprovada com a nota final 9,0. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital, ao Departamento de História, até o dia doze de dezembro de dois mil e quatorze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

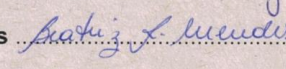
Florianópolis, 1 de dezembro de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. **Lucas de Melo Reis Bueno** 

Prof. **Paulo Pinheiro Machado** 

Prof.<sup>a</sup> **Luciane Zanenga Scherer** 

Candidata **Beatriz Regina Mendes** 

## **RESUMO**

São conhecidos no município de Florianópolis locais que atestam a presença escrava através de sua história documentada. Estes locais podem ainda contribuir para novas informações através do estudo da cultura material que abarcam. Para tanto é necessário discutir a inclusão de novas fontes no estudo de história da escravidão em Florianópolis a exemplo do que já vem ocorrendo em diferentes regiões do país e das Américas. Neste trabalho apresentamos lugares de diferentes formas de ocupação que testemunham a presença escrava. Estes locais compreendem atividades de trabalho e do cotidiano associadas a engenhos de farinha, de açúcar, armação baleeira, igrejas e caminhos. Conclui-se propondo um maior diálogo entre história e arqueologia, com o intuito de trazer novas informações sobre as práticas culturais e o cotidiano de populações de africanos e afro descendentes na Desterro do século XIX.

Palavras chave: Arqueologia, Escravidão, Florianópolis

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem

LEIA – Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia

MHS – Museu do Homem do Sambaqui

SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. ARQUEOLOGIA HISTÓRICA	9
1.1 ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO	12
1.2 ALGUMAS PESQUISAS EM ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO	14
1.2.1 Quilombos	16
1.2.2 Senzalas	17
1.2.3 Cais do Valongo	18
2. ESCRAVIDÃO, UM BREVE RESUMO	21
2.1 RESISTÊNCIA ESCRAVA	22
2.2 ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA EM NOSSA SENHORA DO DESTERRO	25
3. PROPOSTA DE PESQUISA PARA FLORIANÓPOLIS	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
ANEXO A - Mapa dos sítios arqueológicos localizados em Florianópolis	42

## INTRODUÇÃO

É sabido que a Ilha de Santa Catarina vem sendo ocupada há pelo menos 5.000 anos. Populações das mais diversas culturas ocuparam e modificaram o ambiente da ilha das formas que mais lhes foram convenientes, deixando marcas e vestígios de sua passagem. A partir destes vestígios nos é permitido ter acesso e conhecer seus hábitos, organização e em alguns casos seu cotidiano. Assim como a arqueologia pré-colonial que investiga populações ágrafas, a arqueologia histórica também colabora na construção de uma história dos grupos humanos já possuidores de escrita. O grupo que nos interessa nesta pesquisa, os escravos, teve características, hábitos e cotidiano descrito por viajantes, autoridades e historiadores. Porém, as informações que estão registradas sobre eles, muitas vezes foram construídas obedecendo a interesses contestáveis e visões muitas vezes preconceituosas.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso busca a inclusão de novas fontes no estudo das populações africanas e seus descendentes que viveram na Ilha de Santa Catarina, através da pesquisa arqueológica. A escravidão no Brasil é um tema amplamente estudado por diferentes perspectivas, mais recentemente, Santa Catarina e em particular Florianópolis tem sido objeto de pesquisas de caráter histórico e antropológico dentro do tema. A proposta desse estudo é incrementar as pesquisas acerca da escravidão na Ilha de Santa Catarina promovendo assim, um diálogo entre história e arqueologia, trazendo novas informações sobre as práticas culturais e o cotidiano dessas populações.

O objetivo principal é contribuir para a discussão a respeito da resistência escrava na Ilha de Santa Catarina através do diálogo e incorporação de diferentes fontes trabalhadas pela História e pela Arqueologia. Para isto é necessário reconhecer a importância da incorporação de uma diversidade de fontes não trabalhadas tradicionalmente por historiadores nas pesquisas realizadas nessa temática. Nessa pesquisa buscamos mostrar a importância dos estudos de Arqueologia Histórica e da Escravidão que, aliados às pesquisas em documentos históricos, agregam informações que não seriam adquiridas de outra forma, visto que os documentos oficiais foram em muitas vezes produzidos de acordo com os interesses do período.

Os estudos de arqueologia se baseiam na análise da cultura material para o entendimento de determinada população. Ulpiano Meneses define cultura material como o “segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem”, sendo incluídos nesse

conceito os artefatos, estruturas, modificações na paisagem e no corpo, considerando que o homem constrói, altera baseado em seus intentos e influenciado por normas culturais.<sup>1</sup>

Meneses chama a atenção para a importância da cultura material no estudo de sociedades antigas e como esse tipo de documento foi muitas vezes deixado de lado na pesquisa histórica. Comenta que alguns autores ignoram completamente o meio físico, outros o utilizam como complementação ou comprovação da documentação textual ou ainda como ilustração daquilo que traz o texto escrito. Meneses se refere principalmente à história da Grécia e Roma, mas essa postura frente à cultura material pode ser percebida em diferentes domínios da história.<sup>2</sup>

Partindo da importância da cultura material para a compreensão de determinados aspectos da experiência humana durante o período da escravidão, este trabalho propõe o estudo arqueológico para locais do município já conhecidos na bibliografia pertinente. O primeiro capítulo parte de uma revisão bibliográfica das pesquisas em arqueologia histórica e da escravidão realizadas no Brasil a fim de mostrar o que vem sendo produzido nestas áreas de pesquisa. No segundo capítulo elaboramos um breve resumo da escravidão no Brasil e a resistência encontrada em diferentes regiões e como era vista pelas autoridades e população. Também levantamos, a partir de pesquisas recentes, informações sobre a escravidão presente no desenvolvimento da cidade de Florianópolis desde o início de sua colonização. A proposta do terceiro capítulo é trazer locais já conhecidos na cidade, como locais de memória africana, de onde pode-se partir para a realização de uma ampla pesquisa, aproveitando o momento de interesse na temática, que ainda muito tem para ser conhecido.

---

<sup>1</sup> MENESES, Ulpiano Bezerra . A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, n.15:103-117,1983.

<sup>2</sup> Idem.



## 1. ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

A Arqueologia Histórica começa a ser desenvolvida no Brasil na década de 1960, sendo que desde aproximadamente 1930 já há registros de intervenções em sítios históricos na região sul do país, porém em pequeno número e sem caráter sistemático.

Entre esses primeiros registros encontra-se a pesquisa realizada por Loureiro Fernandes no Paraná. Foram estudados túmulos construídos em fendas de pedras e vedados com argila que, possivelmente pertenciam a quilombolas. A pesquisa não foi publicada, tendo sido relatada por Igor Chmyz em 1985 na Revista *Dédalo*. Na década seguinte, ainda no estado do Paraná, Virgínia Drew Watson, arqueóloga estadunidense, pesquisou uma antiga vila espanhola - Ciudad Real do Guairá -, coletou e analisou material cerâmico e posteriormente publicou os resultados na Revista *American Antiquity*.<sup>3</sup>

Mais tarde, na década de 1950, as missões jesuíticas de São Nicolau, São Luiz Gonzaga e São Borja, pertencentes ao conjunto dos Sete Povos das Missões no estado do Rio Grande do Sul, sofreram intervenções arqueológicas realizadas pelo Padre Luiz Gonzaga Jaeger. Em Paranaguá/PR, Loureiro Fernandes promove escavações na capela do antigo Colégio Jesuíta, associadas ao processo de restauração da capela.<sup>4</sup>

A partir de 1960, pesquisas começam a ser realizadas em maior número e mais bem distribuídas entre as regiões sul e nordeste. A região sudeste, apesar do grande potencial, ainda não apresentava muitos trabalhos. Nesse momento as pesquisas estavam direcionadas às edificações de importância religiosa e militar, como igrejas, missões e fortificações, demonstrando claro interesse em estudos que privilegiavam as classes dominantes. A arqueologia histórica não possuía uma característica interpretativa, servindo principalmente como auxiliar para a História e a Arquitetura.<sup>5</sup>

Em geral os trabalhos apresentavam um caráter arqueográfico, o que contribuiu para a desqualificação do campo de pesquisa e criou uma imagem desfavorável para a arqueologia histórica que contava com poucos profissionais e praticamente não tinha espaço em reuniões científicas.<sup>6</sup>

Essa desvalorização da disciplina começa a diminuir a partir da organização no ano de 1985, do Seminário de Arqueologia Histórica, promovido pelo Núcleo de Arqueologia da

---

<sup>3</sup> LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista* Nova Série Nº 1, 1993.

<sup>4</sup> GASPAR, Maria Dulce. História da construção da Arqueologia Histórica Brasileira. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 13: 269-301, 2003.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> LIMA, Tânia Andrade. op. cit.

Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Pró-Memória. O seminário reuniu, no Rio de Janeiro, profissionais da área com o intuito de discutir e refletir sobre os trabalhos que vinham sendo realizados em todo o país, as metodologias aplicadas, as dificuldades enfrentadas e as saídas encontradas pelos arqueólogos. Mesmo não resultando em publicações e sem ter efeitos imediatos, o seminário mostrou a preocupação em organizar e aprimorar a disciplina e serviu de estímulo para novos encontros e grupos de trabalho. Em decorrência desse movimento foi aberto espaço para arqueologia histórica nos encontros da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB, a partir de 1987, onde até então havia espaço apenas para os estudos de pré-história.<sup>7</sup>

Somente em meados da década de 1980 nota-se um maior interesse em aprofundar as investigações em torno das relações interétnicas, com destaque para o estudo de um tipo de cerâmica encontrada nesse momento no estado do Rio de Janeiro e classificada como Neobrasileira, que seria resultado do contato entre índios e europeus. Multiplicam-se e passam a ser mais valorizados os trabalhos arqueológicos voltados para o patrimônio histórico, o que se justifica, segundo Maria Dulce Gaspar pelo momento em que há um “processo de recuperação da memória nacional que investe de maneira significativa na restauração de prédios e monumentos”.<sup>8</sup>

Mesmo com o interesse crescente nessa área de pesquisa os trabalhos que surgem estão mais ligados com processos de restauração e são em grande parte apenas descritivos. Passam a surgir novas pesquisas, que ainda privilegiavam os monumentos, mas que agora passam a abarcar também espaços como quilombos, antigos caminhos, senzalas, quintais, entre outros.<sup>9</sup>

Após 1990 o enfoque das pesquisas se multiplica: no Rio Grande do Sul a atenção é voltada para a arqueologia urbana com o estudo das práticas de descarte e formação de depósitos coletivos nos centros de cidades como Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande; em Santa Catarina, as fortificações de Santa Cruz do Anhatomirim, São José da Ponta Grossa, Santo Antônio de Ratonés, Santana e Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, são escavadas e posteriormente restauradas como parte do projeto “Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – 250 anos na história brasileira”; no Paraná, o centro histórico de Curitiba, assim como o Caminho dos Tropeiros passam por estudos arqueológicos.<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> Ibidem.

<sup>8</sup> GASPAR, Maria Dulce. op. cit.

<sup>9</sup> LIMA, Tânia Andrade. op. cit.

<sup>10</sup> COSTA, Diogo Meneses. Arqueologias Históricas: um panorama espacial e temporal. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica** – v. 4, n. 2, jul./dez. 2010.

Além do sul, o sudeste, centro-oeste e nordeste também apresentam importantes pesquisas nesse momento, com destaque para as realizadas no estado de Alagoas, no quilombo de Palmares e em Minas Gerais, em quilombos do século XVIII.

Mais recentemente vem aumentando seu espaço de atuação e abrindo espaço para pesquisadores interessados nos temas trabalhados pela disciplina. A arqueologia histórica permite o estudo de temas ausentes ou ignorados pela historiografia baseada apenas em documentos escritos. Torna possível trabalhar questões referentes a relações de poder, desigualdades, pensando diferentes situações sociais e evidenciando a heterogeneidade de determinados grupos através de sua cultura material. De início creditava-se a função de auxiliar da História, o que, mostra-se equivocado uma vez que “a cultura material pode não só complementar as informações textuais, como fornecer informações de outra forma não disponíveis e até mesmo confrontar-se às fontes escritas”.<sup>11</sup>

Para Maria Dulce Gaspar “Arqueologia Histórica” possui um significado abrangente, constituindo:

o campo de saber que pretende dar conta da introdução e do desenvolvimento no território que se transformou na nação brasileira de novas práticas políticas, sociais e econômicas que caracterizavam países europeus em seu processo de expansão territorial e ocupação das terras indígenas na América do Sul.<sup>12</sup>

Segundo Tânia Lima, a Arqueologia Histórica atua com certo apelo sobre as sociedades atuais que reconhecem nos seus resultados a sua ligação com os colonizadores europeus e com africanos trazidos para o Brasil. Essa é uma das características que a diferenciam da Arqueologia Pré-colonial que investiga as evidências de grupos de tempos mais longínquos. Outra característica marcante é a possibilidade de contrapor as evidências documentais às materiais localizadas em momentos diferenciados, o que “se usados de modo simultâneo e combinado, permitem atingir os domínios cognitivos do comportamento cultural”.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> FUNARI, Pedro Paulo. A arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. **Revista de História Regional** 6(2): 35-41, inverno 2001.

<sup>12</sup> GASPAR, Maria Dulce. op. cit.

<sup>13</sup> Idem.

## 1.1 ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO

Uma subdisciplina da Arqueologia Histórica é a Arqueologia da Escravidão que estuda mais especificamente os locais relacionados com o período de escravidão nas Américas. No Brasil, essa área da arqueologia vem buscando compreender diferentes momentos e casos nesse período histórico.

Uma das preocupações da Arqueologia da Escravidão é mostrar a variedade da cultura material dos escravos. A partir dessa cultura material é possível perceber estratégias de resistência entre os escravos, que diferente do que se pode pensar, não estão apenas relacionadas aos sítios resultantes da formação de quilombos, mas podem ser percebidas também em decorações de utensílios domésticos fabricados ou adquiridos pelos escravos, no uso de cachimbos e na permanência de objetos de conotação religiosa africana que poderiam estar relacionados a movimentos de resistência frente à cultura imposta por seus senhores.

A Arqueologia da Escravidão analisa desde o processo de imigração forçada dos africanos, navios negreiros naufragados, locais de compra e venda de escravos, antigas fazendas, suas senzalas e engenhos e forças de resistência como fugas e aquilombamento de escravos, além de outros locais que utilizavam mão de obra escrava. Ferreira define como objetivo:

[...] entender como as identidades culturais dos escravos afro-americanos se expressam materialmente em vários contextos. A “africanização das Américas”, portanto, reúne esses dois planos de análise: os processos de resistência ante o sistema escravista e a formação e a transformação das identidades culturais dos escravos.<sup>14</sup>

A primeira pesquisa em arqueologia da escravidão foi realizada nos Estados Unidos, década de 1940. Teve um caráter descritivo, onde os artefatos arqueológicos resgatados em um quintal serviriam para a comprovação da documentação existente sobre o sítio. Esse local fora ocupado por uma liberta e o estudo não chegou a relacionar o uso dos objetos escavados com as práticas executadas naquele local.<sup>15</sup>

As pesquisas sistemáticas tiveram início em 1970, com o trabalho realizado nas ruínas das treze colônias<sup>16</sup> e *plantations*, identificando objetos de cultura material escrava.<sup>17</sup> Segundo

<sup>14</sup> FERREIRA, Lucio Menezes. Sobre o conceito de arqueologia de diáspora africana. **MÉTIS: história & cultura** – v. 8, n. 16, p. 267-275, jul./dez. 2009.

<sup>15</sup> SYMANSKI, Luís Cláudio P. A arqueologia da Diáspora Africana nos Estados Unidos e no Brasil: problemáticas e modelos. **Revista Afro-Ásia**, 49: 159-198, 2014.

<sup>16</sup> Treze colônias britânicas em território americano que, ao se tornarem independentes no ano de 1775 deram origem aos primeiros treze estados do atual Estados Unidos.

<sup>17</sup> FERREIRA, Lucio Menezes. Arqueologia da escravidão e arqueologia pública: algumas interfaces. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica** – v. 3, n. 1, jan./jun. 2009. p.10

Ferreira, além da necessidade de melhor compreender as novas evidências, havia uma preocupação em responder as demandas da população envolvida em movimentos em prol da cultura afro-americana, assim como já acontecia com as pesquisas relacionadas a grupos indígenas da América do Norte e aborígenes da Austrália que, a partir da pressão dos movimentos sociais acabaram por influenciar “a reformulação dos princípios metodológicos da Arqueologia e dos processos de curadoria e exposição museológica”.<sup>18</sup>

Essas pesquisas seguiam um modelo de aculturação africana proposto por Charles Fairbanks que, buscava nas escavações evidências de uma cultura afro-americana formada a partir da cultura africana supostamente homogênea. Com a dificuldade em localizar tais evidências, Fairbanks concluiu que por conta da repressão infringida por seus senhores, os escravos acabavam por ter sua cultura extinta e portanto, incorporavam a cultura da camada dominante. Esse modelo de aculturação esteve presente até a década de 1980.

Sob a influência da Nova Arqueologia, também na década de 1970, as pesquisas deram início ao reconhecimento de padrões arqueológicos em sítios afro-americanos. Esse tipo de pesquisa associada à criação de metodologias de análise específicas permitiram comparações intra e intersítios importantes para o estudo das variações do registro arqueológico.

Influenciada por abordagens marxistas, a arqueologia a partir de 1990, volta-se para a análise das relações de poder, inicialmente como uma via única, onde o poder dos senhores prevalecia, posteriormente reconhecendo o poder dos escravos em contrapartida, buscando entender “de que modo a cultura material euro-americana foi utilizada por esses grupos como suporte de suas práticas sociais e culturais”.<sup>19</sup>

As pesquisas arqueológicas demoraram ainda algum tempo para desmistificar a ideia de que os escravos trazidos para o Novo Mundo não possuíam cultura material significativa. Em artefatos localizados em antigas senzalas e quilombos é possível interpretar muitos dos aspectos culturais, religiosos e comportamentais dos escravos. Cada vez mais, pesquisas mais específicas, estão proporcionando novas interpretações acerca dos sítios da diáspora.<sup>20</sup>

No Brasil, as primeiras escavações direcionadas para uma discussão acerca da Arqueologia da Escravidão foram realizadas em quilombos no Estado de Minas Gerais, nos

---

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> SYMANSKI, Luís Cláudio P. op, cit.

<sup>20</sup> ORSER JR, Charles E. & FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia da Resistência Escrava. **Cadernos do LEPAARQ** – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio – v. 1, n. 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul./dez. 2004.

anos 1970.<sup>21</sup> Duas décadas depois, o Quilombo de Palmares, foi alvo de pesquisas arqueológicas conduzidas por Charles Orser Jr, Pedro Paulo Funari e Scott Allen.<sup>22</sup> No sul do país podemos citar a pesquisa realizada recentemente por Fernanda Borba em São Francisco do Sul/SC<sup>23</sup> e o projeto coordenado por Lucio Ferreira em Pelotas/RS.<sup>24</sup>

## 1.2 ALGUMAS PESQUISAS EM ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO

Os espaços remanescentes de quilombos são talvez os maiores exemplos da resistência e oferecem um amplo campo de pesquisa para arqueólogos interessados em eventos de resistência e rebelião escrava. Se bem explorados podem elucidar diversas questões sobre a ocupação desses espaços, a estrutura necessária, os meios de sobrevivência e os costumes que se mantinham preservados pelos escravos.<sup>25</sup> Apesar de sua importância ainda são pouco estudados na Arqueologia, o que vem mudando nas últimas décadas, assim como a Arqueologia da Escravidão em geral.<sup>26</sup>

Além dos quilombos outras formas de resistência faziam parte do cotidiano da sociedade escravista. Mesmo em cativeiro os escravos buscavam formas de resistir e se diferenciar, porém as evidências podem ser menos perceptíveis, como por exemplo: destruição das plantações e maquinários, morte de animais, automutilação e suicídio. Em outros casos a cerâmica fabricada pelos escravos era o meio de se diferenciar com mudança nos padrões decorativos fazendo referência aos valores da sociedade de origem do escravo.<sup>27</sup> Utensílios que geralmente possuíam formato e decoração simples, em alguns lugares aparecem ornados com motivos que lembram marcas corporais tradicionais de grupos específicos. Isso pode ser citado como uma estratégia de resistência à imposição da cultura das elites dominantes. Orser e Funari pontuam que “os escravos não eram passivos, humilhados, mas, ao contrário, não havia tentativa de dominação que não fosse contrastada”.<sup>28</sup>

<sup>21</sup> GUIMARÃES, C. M. ; LANNA, Ana L D . Arqueologia de Quilombos em Minas Gerais. **Revista de Antropologia**, v. 31, p. 23-28, 1980.

<sup>22</sup> FERREIRA, Lucio Menezes. op.cit..

<sup>23</sup> BORBA, Fernanda Mara. **Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul (Santa Catarina)**. Dissertação de Mestrado. Joinville: UNIVILLE, 2013.

<sup>24</sup> Projeto: O Passo dos Negros: Arqueologia da Diáspora Africana nas Charqueadas de Pelotas (RS) 2013-atual.

<sup>25</sup> ORSER JR, Charles E. & FUNARI, Pedro Paulo. op.cit.

<sup>26</sup> SOUZA, Marcos André Torres de. Introdução: arqueologia da diáspora africana no Brasil. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica** – v. 7, n. 1, jan./jun. 2013.

<sup>27</sup> ORSER JR, Charles E. & FUNARI, Pedro Paulo. op.cit.

<sup>28</sup> Ibidem.

Outra forma de resistência que está ligada a cultura são os rituais religiosos. Artefatos relacionados a religiões africanas são menos frequentes, porém isso não significa dizer que os escravos não continuavam seus costumes, mas, muitas vezes, os transformavam, adaptando-os a sua atual realidade. Como sugere Singleton:

É claro que a ausência de evidências não significa que havia uma ausência de religiosidade africana. Isso pode, na verdade, estar indicando que o fervor religioso era expresso de uma maneira que não é evidente no registro arqueológico. Certamente, atitudes permissivas ou não permissivas do proprietário em relação à religiosidade africana oferecem uma interpretação plausível para o porquê de alguns sítios oferecerem esse tipo de evidência e outros não.<sup>29</sup>

A partir de diferentes abordagens de pesquisa é possível confirmar que os escravos não possuíam um comportamento generalizado. Enquanto deixaram para trás diversas práticas e conhecimentos de sua origem também tiveram suas práticas transformadas e adaptadas. Um desafio que se apresenta para as pesquisas realizadas em sítios arqueológicos, testemunhos materiais da presença escrava, é justamente entender os usos reais dados aos objetos localizados conforme os valores por eles representados nesses processos, já que informações sobre o cotidiano e as crenças não são facilmente encontrados em documentos textuais.<sup>30</sup>

Assim se mostra importante concluir que a Arqueologia não tem como função comprovar a documentação existente sobre o período de contato e o colonial, mas vem complementar e questionar as informações oficiais a partir do uso de fontes materiais associados a fontes documentais.<sup>31</sup> A arqueologia da escravidão, assim como “a arqueologia histórica é capaz de alterar as grandes narrativas de poder que são frequentemente representadas nos documentos.”<sup>32</sup>

A Arqueologia Histórica, e mais especificamente a Arqueologia da Escravidão, atua com certo apelo sobre as sociedades atuais que reconhecem nos seus resultados a sua ligação com os africanos trazidos para o Brasil. As pesquisas vêm se multiplicando e mostrando um grande número de locais com potencial para a disciplina de arqueologia da escravidão. Foram selecionados alguns exemplos de pesquisas realizadas em variados contextos, mostrando diferentes facetas da escravidão no Brasil: os quilombos do Ambrósio em Minas Gerais e de Palmares em Alagoas, as senzalas do Colégio Jesuíta no Rio de Janeiro e a da Fazenda do Estaleiro em São Francisco do Sul, e ainda o Cais do Valongo também no Rio de Janeiro,

<sup>29</sup> SINGLETON, Theresa A. & SOUZA, Marcos André Torres de. Reflexões sobre a arqueologia da diáspora africana no Brasil. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica** – v. 7, n. 1, jan./jun. 2013.

<sup>30</sup> SOUZA, Marcos André Torres de. op.cit.

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> ORSER JR, Charles E. & FUNARI, Pedro Paulo. op.cit.

local de entrada constante de escravos. Tais exemplos trazem grandes contribuições para o estudo da escravidão local, regional e nacional, evidenciando, através da cultura material encontrada nestes locais, as práticas cotidianas escravas, incluindo a resistência ao sistema e à aculturação.

### 1.2.1 Quilombos

Carlos Guimarães e sua equipe realizaram na década de 1980 uma pesquisa arqueológica nos remanescentes do quilombo do Ambrósio no Estado de Minas Gerais. O quilombo foi destruído em 1746 e estima-se que existia há mais de 20 anos e que tenha sido o maior quilombo em Minas Gerais no período colonial. Além deste havia muitos outros quilombos neste mesmo período, fato considerado a partir da documentação que informa que entre 1731 e 1748 foram destruídos mais de 50 refúgios de escravos. O quilombo de Ambrósio estava localizado próximo a áreas de mineração em um local com geografia acidentada, mas com áreas adequadas à agricultura. Assentado em local plano junto ao morro mais alto no entorno e cercado por duas fontes de água, o quilombo ocupava uma posição estratégica.<sup>33</sup>

A preocupação com a defesa do assentamento pode ser percebida através das evidências de um fosso escavado próximo aos vestígios das antigas habitações, cobrindo cerca de 1,5 hectares. No sítio, atualmente tombado pelo IPHAN, são encontrados resquícios das habitações construídas em pau a pique, no caso, fragmentos de barro com negativos das madeiras que compunham as paredes e pisos feitos com barro alisado. A maior parte das estruturas foi incendiada durante o ataque que extinguiu o quilombo, restaram cinzas e fragmentos de madeira carbonizada.<sup>34</sup>

Em intervenções de subsuperfície foram localizadas sementes de diferentes espécies, entre elas milho, feijão, mandioca e café, alimentos que demandavam conhecimento para plantação, colheita e processamento para o consumo, o que leva os pesquisadores a perceber a existência de certa estrutura no quilombo como fornos para torrar farinha de mandioca e pilão para moer milho. Independente da estrutura as evidências mostram as possibilidades dos hábitos alimentares, além da colheita e caça nos arredores. Além dos vestígios alimentares

---

<sup>33</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno; LADEIA, Anna Luiza Rezende. Escravidão, reação e arqueologia: Minas Gerais no século XVIII. In: AGOSTINI, Camilla (org.). **Objetos da Escravidão**: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

<sup>34</sup> Idem.



também foram encontrados fragmentos cerâmicos correspondentes a utensílios domésticos e cachimbos.<sup>35</sup>

No início da década de 1990, uma pesquisa arqueológica proposta para a região da Serra da Barriga, no Estado de Alagoas, objetivava ampliar o conhecimento que se tinha do Quilombo de Palmares através de vestígios materiais que pudessem existir nessa região. Essa pesquisa teve incentivo financeiro de instituições científicas internacionais e foi desenvolvida em duas etapas de campo nos anos de 1992 e 1993.<sup>36</sup>

No total foram localizados 14 sítios e coletados 2.448 artefatos, em sua maioria, cerca de 90 %, fragmentos cerâmicos. Entre o material coletado, Funari destaca a presença de um vaso, cujas características podem estar ligadas a técnicas de confecção de grupos indígenas da etnia Tupinambá e as formas de uso remetem a costumes africanos.<sup>37</sup>

A escavação realizada por Funari nos dá exemplos das possibilidades que uma pesquisa arqueológica pode trazer. A importância da cerâmica localizada e classificada como majólica ou cerâmica vidrada e que possibilitou a datação de vários sítios, assim como a localização dos mesmos que demonstra uma preocupação dos seus antigos habitantes na ocupação dos espaços que, com a continuação dos estudos pode colaborar elucidando questões relacionadas ao padrão de assentamento dessa comunidade.

### 1.2.2 Senzalas

O projeto, intitulado “Café com açúcar: arqueologia da escravidão em uma perspectiva comparativa no sudeste rural escravista, séculos XVIII e XIX”, coordenado pelo arqueólogo Luís Claudio Symanski e o historiador Flávio Gomes propõe a investigação de senzalas coletivas e familiares em engenhos de açúcar e fazendas de café dentro de uma perspectiva comparativa. Foram escolhidas duas áreas: o município de Campo de Goytacazes, por conta da grande presença de engenhos de açúcar, e o Vale do Paraíba pela importância da região na economia cafeeira durante.<sup>38</sup>

A primeira fase da pesquisa teve início na fazenda dos Jesuítas de Campos dos Goytacazes em 2012. Foram selecionadas uma área de deposição de refugo da sede e uma

---

<sup>35</sup> Ibidem.

<sup>36</sup> FUNARI, Pedro Paulo. A “República de Palmares” e a arqueologia da Serra da Barriga. **Revista USP**, 28: 6-13, 1996.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> SYMANSKI, Luís Cláudio; GOMES, Flávio. Arqueologia da escravidão em fazendas jesuítas: primeiras notícias da pesquisa. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.309-317.

área no lado noroeste da antiga senzala. Na primeira área foi evidenciada uma grande quantidade de louças e restos alimentares. Próximo à senzala, a área apresentava muitos fragmentos de material construtivo, como telhas e tijolos, assim como restos de alimentação. Symanski acredita que o material construtivo era utilizado como cobertura para os restos de alimentação de acordo com a sua sobreposição na estratigrafia da sondagem.<sup>39</sup>

Além desses vestígios também foram localizados fragmentos de cerâmicas artesanais de produção local ou regional, cachimbos e contas de colares de vidro. O material recuperado faz referencia ao período de ocupação posterior a administração dos Jesuítas, quando a propriedade foi adquirida e dirigida pelo comerciante Joaquim Vicente dos Reis. Atualmente a antiga sede da fazenda é ocupada pelo Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes.<sup>40</sup>

Fernanda Borba realizou um estudo sobre escravidão em São Francisco do Sul a partir de três antigas fazendas do município buscando compreender o funcionamento e a presença escrava nestas propriedades. A pesquisa realizada por Fernanda Borba está inserida no projeto “Patrimônio cultural da Ilha da Rita e Distrito do Saí, São Francisco do Sul/SC: estudos interdisciplinares” criado em 2011 e coordenado por Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes e Dione Rocha Bandeira.<sup>41</sup>

As fazendas foram escolhidas a partir de levantamento oral, em inventários, jornais, fotografias e mapas e foram registradas como sítio Frias 1, sítio Frias 2 e sítio Estaleiro 1. Apenas o sítio Estaleiro 1 sofreu intervenção arqueológica sendo coletados fragmentos de cerâmica de barro cozido, louça, grés, vidro, ossos, entre outros materiais. A partir da coleta inicial foram selecionados os fragmentos de cerâmica de barro cozido para análise e interpretação por conta de sua associação com grupos escravos. A análise revelou a presença de marcas étnicas, algo já encontrado em outros sítios históricos, tanto em Santa Catarina quanto em outros estados, que contavam com a presença escrava.<sup>42</sup>

### 1.2.3 Cais do Valongo

Outra pesquisa de grande importância foi realizada pelo bioantropólogo Ricardo Ventura Santos nos restos ósseos encontrados em um cemitério situado junto ao Cais do

---

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> BORBA, Fernanda Mara. **Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em São Francisco do Sul**. Joinville, SC: Editora da Univille, 2014.

<sup>42</sup> Idem.

Valongo. Este porto recebeu cerca de 1 milhão africanos no período, a sua volta estavam instaladas casas de armazenamento e venda de escravos, num total de 50 casas. Além do complexo comercial, funcionava também um lazareto para onde eram levados aqueles que adoeciam na viagem e um cemitério constituído de valas comuns onde eram enterrados os que sucumbiam. O cemitério chamado dos “Pretos Novos” chegou a receber mais de mil corpos por ano até ser extinto em 1830. Estima-se que foram enterrados mais de 20 mil corpos no local.<sup>43</sup>

A pesquisa neste sítio teve início após a sua localização durante a reforma de uma residência. Esta residência, assim como as outras próximas, foi construída sobre a área do antigo cemitério em decorrência da expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro. Durante a abertura de sondagens para os alicerces da casa foram encontrados fragmentos ósseos e dentes. Do material coletado foi extraído estrôncio para análise com a finalidade de identificar a origem dos africanos sepultados. A partir dos resultados com estrôncio e análises bioarqueológicas constatou-se que os escravos foram trazidos de diferentes regiões da África e eram em sua maioria jovens e recém chegados.<sup>44</sup>

Na sequência, Reinaldo Tavares deu continuidade aos trabalhos na área com a pesquisa “O Cemitério dos Pretos Novos: delimitação espacial” na tentativa de localizar os limites do cemitério que, segundo relatos da época, tinha o tamanho de um campo de futebol. Além de restos humanos também foi escavado grande volume de lixo decorrente de depósitos da população do entorno. Como parte do lixo encontra-se misturada aos ossos, o pesquisador acredita que a prática teve início quando ainda funcionava o cemitério.<sup>45</sup>

A partir dos exemplos elencados podemos perceber a variedade de vestígios e locais associados aos grupos escravizados. Cabe salientar que os resquícios localizados atualmente fazem parte de uma seleção do período e contexto histórico em que foram produzidos. A ausência dos mesmos merece igual atenção e reflexão. Que processos e situações permitiram ou não a permanência de vestígios desses homens e mulheres escravos ao longo de mais de três séculos? Que estratégias de resistência deixaram marcas nos locais por onde passaram? Que aspectos do cotidiano são perceptíveis nos remanescentes das antigas senzalas, ou nos fragmentos de cerâmicas cuidadosamente decoradas?

São diversas as questões que podemos levantar aqui e partindo dos trabalhos já realizados em arqueologia da escravidão podemos pensar as possibilidades para o município de

---

<sup>43</sup> HAAG, Carlos. Ossos que falam: escavações na zona portuária do Rio de Janeiro revelam retrato pouco conhecido da escravidão. **Pesquisa FAPESP**, n. 190 (2011), pp. 24-9.

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Idem.

Florianópolis. Assim, faz-se necessário rever o processo de ocupação do território considerando a forte presença africana e crioula em diferentes momentos e espaços da Ilha de Santa Catarina.

## 2. ESCRAVIDÃO, UM BREVE RESUMO

Estima-se que quatro milhões de africanos foram trazidos para o Brasil entre os séculos XVI e XIX. O tráfico de escravos se tornou um negócio com lógica de funcionamento e estruturas próprias, tanto que chegou a tornar-se o item de maior peso nas importações coloniais. Um dos principais portos receptivos estava localizado no Rio de Janeiro, a cidade se tornara um importante centro comercial de cativos. Sudeste e Sul eram abastecidos de escravos principalmente por via marítima, assim como abasteciam a capital do Império de alimentos que serviam para o consumo no Rio e para a agroexportação. De acordo com Manolo Florentino,

entre 9% e 13% daqueles comerciantes marítimos que atuavam no setor de abastecimento através do porto carioca eram traficantes de escravos, estando a eles consignadas de 11% a 14% das entradas. Naturalmente, muitos dos produtos provenientes de regiões como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Cabo Frio e Bahia destinavam-se ao abastecimento dos negreiros que constantemente partiam para a África.<sup>46</sup>

Assim, mesmo não participando diretamente da importação de escravos, essas províncias financiavam em parte a vinda de escravos com seus produtos.

A principal região da África fornecedora de escravos para o Rio era a congo-angolana, que ofertava negros em grandes quantidades em troca de bens manufaturados europeus e americanos, principalmente ferramentas de guerra, como armas de fogo e pólvora. Após fazerem a travessia do atlântico, os escravos eram alocados em armazéns ou “casas de carne” na região do Cais do Valongo, onde eram expostos à venda. Eram vendidos para comerciantes locais e de outras regiões, fazendo então nova viagem até serem entregues a seus compradores.<sup>47</sup>

A rede de distribuição de escravos através do Rio de Janeiro funcionou durante os mais de três séculos de escravidão. A dinâmica deste comércio de almas obedeceu a necessidades diferentes no decorrer desse período, de acordo com o destaque econômico de cada momento. Assim temos uma primeira leva de escravos sendo transportados para o litoral nordestino para suprir as necessidades dos produtores de açúcar da região. Isso até o fortalecimento do tráfico através da província da Bahia.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> Idem.

Posteriormente a região de Minas Gerais atrai um grande contingente de pessoas interessadas na exploração do ouro, o que acaba mudando a direção do comércio de escravos que agora começam a ser vendidos para essa região. Em Minas não era apenas o trabalho na mineração que exigia a mão de obra, também o trabalho na agricultura, principalmente para suprir o mercado interno, abarcava grande parte dos escravos da região. As fazendas de café são outro grande consumidor de força escrava, fazendo com que o fluxo de pessoas se modifique para a região do Vale do Paraíba a partir principalmente do início do século XIX.<sup>49</sup>

A partir de 1830 o tráfico passou a ser considerado ilegal, o que influenciou os negócios alterando em parte a dinâmica de compra e venda de escravos. Mas mesmo com a proibição cerca de 14 mil a 23 mil escravos continuavam a ser desembarcados por ano no Brasil. Nos anos seguintes, após a proibição, esse número chegava a 40 mil por ano e entre 1846 e 1850 a quase 50 mil.<sup>50</sup>

A escravidão no Brasil vem sendo discutida em diferentes e importantes trabalhos. Passaremos a análise de um aspecto que nos chama a atenção dentro da história da escravidão: a resistência escrava e como ela se deu no atual município de Florianópolis.

## 2.1 RESISTÊNCIA ESCRAVA

A resistência ao sistema escravista esteve presente durante os seus mais de três séculos de existência. Momentos de rebeldia e resistência não devem ser analisados como meras reações às atitudes pontuais de senhores. Cada caso deve ser entendido dentro da realidade posta para o escravo ou grupo de escravos envolvidos. As diferentes relações sociais escravistas trazem diferentes visões sobre os significados de escravidão e liberdade, tanto para cativos, quanto para senhores. Estes significados eram constantemente recriados e adaptados.<sup>51</sup>

Quando falamos em resistência à escravidão as primeiras imagens que pensamos estão relacionadas às revoltas e insurreições ou às fugas e formações de quilombos, porém devemos considerar que havia outras formas de resistir e ir contra o escravismo. Dessa forma, cada situação implicava num modo de resistência diferenciado, planejado anteriormente ou não, pelos cativos. Desde os mais sutis, como diminuir o ritmo de trabalho ou danificar

---

<sup>49</sup> Ibidem.

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

ferramentas prejudicando a produção, manter seus rituais religiosos em sigilo, até os mais agressivos como a destruição de plantações, suicídio ou automutilação, assassinato de feitores e senhores. Sendo que fugas, revoltas e insurreições, são as formas mais documentadas e que, devido ao volume, sempre mantiveram a população e as autoridades em alerta.<sup>52</sup>

A formação de quilombos no período escravista era uma das formas de resistência encontrada pelos africanos trazidos para o Brasil, assim como pelos escravos nascidos em território brasileiro, os crioulos.

Edison Carneiro defende que a fuga e formação de quilombos era uma forma que os cativos encontravam para negar a sociedade que os escravizava e de reafirmar sua cultura, religião, seus costumes excluídos da sua vida em cativeiro. Segundo Carneiro os quilombos foram “um fenômeno contra-aculturativo, de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos”.<sup>53</sup>

Os quilombos em geral apresentavam uma fisionomia comum, com características diferentes de acordo com a região e as situações em que eram formados. Podiam ser fixos ou nômades, escondidos em matas fechadas e terrenos acidentados ou estarem em acesso fácil dentro de fazendas ou próximo às áreas urbanas. Parece ter sido comum o comércio entre quilombolas e seus vizinhos, era uma relação de interesse de ambos e que em geral ocorria em paz. Mas não faltaram também as reclamações da população por conta de roubos e ataques dos fugitivos, além das críticas feitas pelos proprietários de escravos que se viam sem auxílio dessas comunidades que mantinham boa relação com os quilombos.

Entre os mais documentados na historiografia sobre o período da escravatura, destaca-se o Quilombo de Palmares. Foi formado em meados do século XVII, na Serra da Barriga, uma região com terrenos acidentados entre os estados de Alagoas e Pernambuco. A mata da região dificultava o acesso, e juntamente com a preparação dos quilombolas que combatiam seus perseguidores com habilidosas técnicas de guerrilha, fez com que pudesse resistir por muito tempo e provocasse grandes gastos aos seus combatentes.

A derrota desse quilombo foi concretizada no ano de 1695, quando após mais de 65 anos de combates seu líder, que naquele momento era Zumbi, foi capturado e decapitado. Toda a resistência de Palmares serviu ainda como argumento para intensificar o combate às formações quilombolas e especializar as buscas por escravos fugitivos.<sup>54</sup> Ainda assim

---

<sup>52</sup> Ibidem.

<sup>53</sup> CARNEIRO, Edison. **Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

<sup>54</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

continuaram sendo formados, alguns sendo abatidos em pouco tempo, outros conseguindo manter sua integridade até tempos mais recentes, dando origem mais tarde à comunidades remanescentes quilombolas. Na sequência vamos comentar sobre a existência de quilombos em outras regiões.

Em Vila Rica, capital da capitania de Minas Gerais, apesar de pouco populosos, os quilombos existiam em grande número, sempre próximos às comunidades mineradoras. Assim, além de estarem acessíveis para aqueles escravos que pretendiam fugir de sua condição, também faziam parte da rotina dos mineiros e das autoridades locais, que pela proximidade se tornavam alvo de constante preocupação, principalmente durante o século XVIII. Apesar da constante perseguição aos calhambolas, como eram chamados os moradores dos quilombos nessa região, esses mantinham uma relação amistosa com moradores próximos, principalmente comerciantes. Era comum realizarem trocas entre os produtos dos quilombos por pólvora e chumbo.<sup>55</sup>

Em Goiás os quilombos tinham características que os diferenciavam: muitos eram formados por escravos garimpeiros. Continuavam nos seus novos locais de assentamento a função de mineração de ouro e usavam a sua produção para adquirir mercadorias de que necessitavam. Em alguns casos, os escravos fugidos usavam o ouro para comprar a sua liberdade. Para seu sustento praticavam caça, pesca e coleta nas montanhas onde se escondiam. Assim como em outras regiões uma relação amistosa com os moradores próximos foi importante para a realização das trocas comerciais que precisavam, assim conseguiam trocar ouro por armas, munição e tecidos. Não se tem um número certo de quilombos que existiram na região durante o século XVIII, sabe-se que eram numerosos, pouco populosos e tinham caráter nômade, em parte por segurança e também porque dependiam da oferta de ouro para manterem suas relações comerciais e sua busca por liberdade.<sup>56</sup>

No século XIX, na região de Iguaçú, Rio de Janeiro, quilombos viraram assunto constante entre fazendeiros e autoridades da região. Próximo ao rio que dá nome a localidade a área consistia em uma extensa planície com riachos e pântanos. Nesta planície estavam assentados quilombos que usavam os pântanos como proteção e os riachos como transporte e, segundo as autoridades locais, para assaltos às embarcações que por ali passavam. Os agrupamentos sofreram diversas investidas para capturar os negros fugidos e dar fim aos

---

<sup>55</sup> RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>56</sup> KARASCH, Mary. Os quilombos do ouro na capitania de Goiás. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.



mocambos, porém sem que fossem totalmente extintos, mas sempre tendo alguns de seus integrantes capturados. Os quilombolas dessa região mantinham uma agricultura de subsistência, além de caça e pesca. Extraíam lenha das proximidades que negociavam com taberneiros usuários dos rios próximos, esses mesmo taberneiros ainda preveniam os quilombolas de possíveis ataques das autoridades.<sup>57</sup>

Essa relação entre escravos e taberneiros mantinha as autoridades e fazendeiros em alerta, não sendo essa situação exclusividade de Iguaçú. Em todas as regiões brasileiras que conviveram com a escravidão havia a resistência como parte indissociável do processo. Muitas questões ainda estão em aberto no que se refere à resistência escrava, nesse ponto acreditamos que a pesquisa em arqueologia da escravidão auxilie na evidência de elementos até então não revelados pela pesquisa documental e que muito podem contribuir para o estudo da resistência escrava no Brasil.

## 2.2 ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA EM NOSSA SENHORA DO DESTERRO

Desde o início da ocupação da Ilha de Santa Catarina em meados do século XVII a escravidão se fez presente, sendo tanto indígenas quanto africanos empregados como mão de obra escrava pelos vicentistas, que foram os responsáveis pela fundação dos primeiros núcleos de povoamento do litoral catarinense. O porto da vila de Nossa Senhora do Desterro era ponto de parada para embarcações que seguiam até o Rio da Prata por ser o último local seguro antes do destino final, onde os navios se abasteciam de água, alimentos e madeira. Essa posição estratégica fez com que um projeto de fortificação e colonização fosse direcionado para a região, projeto esse idealizado pelo brigadeiro José da Silva Paes, que então comandava a Capitania de Santa Catarina.<sup>58</sup>

A partir do século XVIII chegam à Ilha casais açorianos trazidos pela promessa de lotes de terra para prática da agricultura, para o que receberiam sementes e ferramentas para o início das plantações, farinha de mandioca para o consumo durante o primeiro ano e ainda armas. Estes casais foram distribuídos na ilha e no continente próximo com a intenção de fundar freguesias, sendo as primeiras a de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, São Miguel

---

<sup>57</sup> GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>58</sup> MAMIGONIAM, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: FRAGOSO, João [et al] (orgs.). **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

da Terra Firme e Nossa Senhora da Enseada de Brito, as duas ultimas no continente. Também foram assentados na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, na região próxima à Capela Nossa Senhora das Dores, onde hoje se encontra a Rua dos Ilhéus.

A vinda dos casais açorianos e a construção das fortificações foram estratégias para estabelecer definitivamente a presença portuguesa na província. Logo após a chegada dos imigrantes açorianos, militares de carreira foram transferidos para trabalhar nos fortes e fortalezas que foram construídos para promover a defesa da Ilha. Eles não chegaram sozinhos, muitas vezes traziam consigo seus familiares, o que contribuiu para o aumento significativo da população. A produção dos açorianos que antes era voltada para subsistência teve de passar por transformações que possibilitassem suprir a demanda de víveres que cresceu com o aumento da população, assim como o incremento do comércio da região. Mesmo assim, a maior parte da alimentação era fornecida por meio da importação.<sup>59</sup>

Associado a esse processo de ocupação da costa catarinense e acompanhando o movimento econômico da Colônia, o litoral sul foi incluído na área de exploração de caça às baleias. O óleo extraído desses cetáceos tinha diferentes aplicações, tanto como combustível para lamparinas, argamassa para as construções, lubrificante, entre outros, possuindo expressivo papel nas exportações da província, principalmente pelo seu uso na iluminação. Foram construídas seis armações baleeiras entre os anos de 1746 a 1798 tanto na ilha quanto no continente, sendo a primeira e que tornou-se a mais importante, a Armação da Piedade - instalada na praia do atual município de Governador Celso Ramos. Com isso, muitos africanos foram trazidos para trabalhar nas armações. Segundo Beatriz Mamigoniam, no ano de 1801 quando passaram a ser administradas pela Fazenda Real, as armações juntas abrigavam 525 escravos, com o declínio da atividade chegaram a 333 em 1816, sendo mais de 2/3 africanos. Um novo fôlego, entre 1816 e 1818, com participação de particulares refletiu em investimentos nas armações, incluindo a compra de escravos novos.<sup>60</sup>

Fernanda Zimmermann em seu artigo sobre a Armação de Sant'Anna da Lagoinha traz informações importantes sobre o cotidiano desta que foi a segunda maior armação baleeira no litoral catarinense. Esta armação, instalada no sul da ilha em 1772 sob a administração de Inácio Pedro Quintela, o local já vinha sendo utilizado para depósito do óleo produzido pela Armação da Piedade. Além do local na praia, a Ilha do Campeche também recebeu estruturas para o funcionamento da armação: um tanque para o óleo e uma senzala.

---

<sup>59</sup> HÜBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade do Desterro no século XIX**. Florianópolis: EdUFSC, 1981.

<sup>60</sup> MAMIGONIAM, Beatriz Gallotti. op. cit.

A mão de obra se dividia em livre e escrava, com funções diferentes e específicas, sendo atribuídas aos homens livres as funções de arpoador, feitor da praia e feitor mor. Outras atividades, como cortador de açougue, mestre de azeite, remadores, gancheiros e falqueador eram conferidas aos cativos da armação, sendo essas atividades relacionadas diretamente com a caça de baleias, porém a estrutura necessária para a manutenção do complexo também contava com força escrava, envolvendo atividades nos engenhos de açúcar e farinha ou no cultivo de roças. Nos meses de maio a setembro, quando as baleias são avistadas com mais frequência no litoral sul e conseqüentemente a caça se tornava mais abundante, alguns trabalhadores livres eram contratados e escravos alugados para auxiliar nas diversas tarefas.<sup>61</sup>

A estrutura desta armação era composta, além dos engenhos de frigar o óleo, de farinha e de cana, de uma casa dos tanques, casa grande, senzalas, um armazém, um hospital, uma capela e um cemitério. Fazia parte da rotina da caça a bênção do padre aos barcos e homens antes de entrarem no mar. Dentro do terreno chama a atenção a plantação de 430 pés de laranja e 80 pés de café. Ao que tudo indica eram para consumo dos trabalhadores da baleeira, assim como a farinha produzida no local. Para completar a alimentação fornecida aos escravos era utilizada carne seca, que assim como fumo e aguardente faziam parte do orçamento da administração.<sup>62</sup>

Com o fechamento da armação em 1825, a mesma foi arrematada por Veríssimo Mendes Viana e sócios. Fica o questionamento do destino dado aos escravos do contrato antigo, teriam alguns recebido a alforria enquanto outros podem ter sido vendidos para engenhos da região ou comerciantes de escravos que revendiam os negros em outras regiões do país.

Juntamente às armações, os engenhos de farinha de mandioca, de açúcar e aguardente faziam crescer a demanda por escravos na região. Segundo Ana Bastos, em fins do século XVIII havia na região 769 engenhos de farinha, que além da exportação para o Rio de Janeiro – principal destino da produção da Ilha -, abasteciam os moradores de Desterro e os marinheiros e tripulantes das embarcações que passavam pelo porto.<sup>63</sup>

Com a decadência da pesca da baleia, na primeira metade do século XIX, a produção de alimentos em propriedades menos complexas que as armações passou a ser a maior consumidora do trabalho escravo. Boa parte dessa produção, em especial a farinha de

---

<sup>61</sup> ZIMMERMANN, Fernanda. Armação baleeira da Lagoinha: uma grande unidade escravista. In: MAMIGONIAM, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (orgs.). op.cit.

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> BASTOS, Ana Carla. Escravidão nos engenhos de farinha da Lagoa da Conceição. In: MAMIGONIAM, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (orgs.) op.cit.

mandioca, era exportada através do Porto de Desterro principalmente após a transferência da Corte Imperial para o Rio de Janeiro.<sup>64</sup> O porto se caracterizava pelo comércio de cabotagem, fazendo o contato entre outros portos da Província para a Capital do Império. De Laguna recebia farinha e milho, de Itajaí, madeira, açúcar e arroz e de São Francisco do Sul, a cal.

Os comandantes militares administraram a Província durante a maior parte do século XVIII. A partir do século XIX, civis passam a ocupar os cargos administrativos, principalmente comerciantes que, durante o século anterior foram se transformando no grupo social mais importante devido à alteração econômica citada anteriormente. Os comerciantes tiveram papel fundamental na distribuição das mercadorias que chegavam através do porto de Desterro. Em área próxima ao porto estavam localizados os armazéns e as casas de secos e molhados. Também já havia produtores artesanais que vendiam seus produtos principalmente na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro.<sup>65</sup> Nesse comércio na região central da província também estava empregada a força escrava, tanto na venda de alimentos nas feiras quanto nas atividades marítimas, como carga e descarga de embarcações que ali aportavam.

Apesar de tratar do porto de Desterro no século XIX, Laura Hübener não comenta a forte presença escrava nesse porto e como a relação comercial entre Desterro e o Rio de Janeiro está ligado a essa presença.<sup>66</sup> Mamigoniam reflete sobre essa relação:

Ainda que Santa Catarina não tenha estabelecido comércio diretamente com a costa da África, sua economia esteve, durante a fase de intensa importação de africanos e exportação de farinha de mandioca e aguardente, associada à dinâmica das trocas atlânticas, através da praça do Rio de Janeiro.<sup>67</sup>

Mamigoniam aponta para a diminuição na importação de escravos a partir de 1830, período que marca a chegada de colonos europeus dentro de uma nova política imperial de colonização. Em decorrência dessa mudança, a população escrava cresceu mais lentamente até aproximadamente 1850 quando começa a diminuir por conta de vendas e alforrias. Mais uma vez o porto de Desterro aparece como cenário uma vez que através dele os escravos, nesse momento a maioria crioulos, eram levados para serem revendidos para o Sudeste, onde nas lavouras cafeeiras a demanda por mão de obra ainda era grande. Com a proibição do tráfico atlântico, o comércio interprovincial de escravos ganhou força e nesse cenário, Victorino de Menezes, tido como um dos mais importantes traficantes de escravos da província, ganha destaque com sua rede de negócios.

<sup>64</sup> MAMIGONIAM, Beatriz Gallotti. op.cit.

<sup>65</sup> HÜBENER, Laura Machado. op.cit.

<sup>66</sup> Idem.

<sup>67</sup> MAMIGONIAM, Beatriz Gallotti. op. cit..

Rafael Scheffer segue o rastro de Victorino, mostrando as relações de compra e venda, os anúncios em jornais e a rotina deste que, de tão grande comerciante de escravos, chegou a ter na região de Rita Maria um depósito de homens – a rua que à época era nominada “rua do Victorino de Menezes” hoje leva o nome de “Carl Hoepcke”, industrial que fez fortuna na cidade no início do século XX.

Os anúncios de Victorino estiveram presentes nos jornais entre os anos de 1868 e 1876, com promessas de melhores preços e gratificações àqueles que agenciassem negócios. Além dos anúncios, Rafael encontra nos registros de movimentação do porto a presença constante do comerciante, com viagens que indicam o transporte de escravos para fora da província. A maioria dos negócios de Victorino era realizada com outros comerciantes e atravessadores em Campinas. A prática entre esses comerciantes consistia na obtenção de uma procuração para a venda dos escravos, assim como um adiantamento do valor a ser recebido pelo mesmo. Das 69 procurações emitidas pelo cartório Kotzias de Florianópolis, no período entre 1862 e 1880, 39 estavam ligadas a Victorino.<sup>68</sup>

Ao que tudo indica seus negócios interprovinciais se encerraram no ano de 1880, quando o imposto cobrado sobre a entrada de escravos na região sudeste chegou ao valor semelhante ao de um escravo adulto. Como parte de suas vendas era realizada à crédito, sendo este o método mais usado pelos fazendeiros daquela região, algumas cobranças eram realizadas após o período de colheita nas fazendas do sudeste. Em 1884, em viagem à Campinas para cobrar dívidas de crédito, Victorino foi assassinado. O crime repercutiu nos jornais e após investigação policial foi encontrado o autor.<sup>69</sup>

O porto, além de ter sido a principal porta de entrada dos escravos na província de Santa Catarina, era também uma das possibilidades de fuga. A grande movimentação de embarcações de outras províncias e até de outros países, fazia com que a fuga por esse meio tivesse uma grande chance de êxito já que os cativos dificilmente seriam capturados longe da comunidade que estavam abandonando. Das embarcações que passavam por Desterro, muitas precisavam de complemento na mão de obra a bordo e devido a essa necessidade, podiam aceitar esses homens para o trabalho desconsiderando sua situação de escravos e a percepção de sua falta por seu proprietário.

As fugas pelo mar foram comuns em toda a costa brasileira, especificamente no porto de Desterro e, o principal meio desta prática, eram os navios baleeiros norte americanos. A

---

<sup>68</sup> SCHEFFER, Rafael da Cunha. Victorino de Menezes: um comerciante de escravos em Desterro. In: MAMIGONIAM, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (orgs.). op.cit.

<sup>69</sup> Idem.

partir de 1798 passaram a frequentar o Atlântico sul em busca dos cetáceos, pois, com o fim do monopólio da coroa portuguesa sobre a pesca da baleia embarcações de outras nacionalidades foram autorizadas a exercer essa atividade no litoral do Brasil. A concorrência com os americanos colaborou com a decadência das armações catarinenses, já que aqueles estavam mais equipados e sua produção era mais rápida com beneficiamento do óleo dentro do próprio navio. Precisavam aportar apenas para o abastecimento, momento em que os escravos tinham a oportunidade de empreender a fuga. Escravos não só eram aceitos a bordo, como em alguns casos eram atraídos para tal.<sup>70</sup>

O aumento das fugas por via marítima se deu principalmente após a década de 1830. Martha Rebelatto chama a atenção para a influência que a abolição da escravidão nos Estados Unidos pode ter tido sobre essas evasões, já que para os tripulantes dos navios seria natural aceitar os fugitivos como homens livres e para estes cativos, a possibilidade de ser livre em outro país pode ter incentivado suas ações.

Outras fugas, essas por terra, poderiam resultar na formação de quilombos e foram motivo de preocupação para autoridades e senhores durante todo o período escravista e em todas as regiões onde estava instalado. Devido às péssimas condições de trabalho, aos maus tratos sofridos por seus senhores, aliados ao anseio por liberdade, a fuga se tornava mais que uma vontade, uma necessidade para aqueles que não aceitavam a situação a que tinham sido expostos.<sup>71</sup>

Essas fugas, no entanto, nem sempre eram definitivas, havendo casos em que escravos ficavam escondidos por alguns dias para que com seu retorno pudessem negociar junto a seus senhores melhores condições de trabalho, evitar sua venda ou de seus parentes para outro senhor, entre outras reivindicações. Durante esse período poderiam estar escondidos em localidades próximas ou em agrupamentos, que conhecemos por Quilombos. Estes não estavam obrigatoriamente escondidos em locais de difícil acesso, poderiam estar muito próximos a engenhos, fazendas e vilas, assim como não eram esconderijos exclusivos de escravos fugitivos, uma vez que ocupavam esse espaço também indígenas e homens brancos que devido a diferentes causas estariam precisando de abrigo temporário ou até mesmo definitivo.

Na Ilha de Santa Catarina as informações sobre a formação de quilombos estão mais concentradas na primeira metade do século XIX. Essas informações estão presentes, em sua

---

<sup>70</sup> REBELATTO, Martha. Fugas e Quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX. **Revista Afro-Ásia**, 36: 81-110, 2007.

<sup>71</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. op. cit..

maioria, em documentos policiais, judiciais e administrativos. Apesar destas informações serem esparsas e estarem mais relacionadas ao incomodo que proporcionavam à população local com as fugas dos escravos e os furtos realizados por quilombolas, ainda assim os agrupamentos seriam em número considerável devido em parte a forte presença africana na Ilha nesse período e, segundo Martha Rebelatto, pode-se inferir que esses quilombos “possuíam certa mobilidade e uma estrutura pouco complexa ou que, em muitos momentos, não despertaram a ira da população local, permanecendo em semi/falso anonimato”.<sup>72</sup>

Os Quilombos continuaram a aparecer nos noticiários até o ano de 1880, quando temos a ultima referência a um agrupamento numa localidade de nome Estanislau. Antes deste, outros dois quilombos são mencionados com frequência em diferentes documentos ainda na primeira metade do século XIX, são eles o Quilombo do Faxinal e o Quilombo da Lagoa. Também nesse momento são relatados locais onde aconteciam reuniões de escravos fugitivos que em alguns casos, seriam residências de ex-escravos.

Na documentação existente não é possível precisar onde estes quilombos se localizavam e que desfecho teriam tido - se as investidas solicitadas aos capitães do mato haviam dado os resultados esperados, (o que envolveria a liquidação dos agrupamentos e a recaptura dos negros) ou se, passado algum tempo, esses grupos teriam novamente se inserido na sociedade, seja retornando à condição de escravos ou como homens livres após a abolição em 1888.<sup>73</sup>

A vida escrava possuía diferentes configurações de acordo com o cativo e as funções desempenhadas pelo escravo e na Ilha não era diferente. Havia escravos com profissões específicas como, por exemplo, sapateiro, pedreiro, carpinteiro, costureira entre outras, estas profissões eram citadas nos anúncios de venda e aluguel de escravos e eram fonte de renda para seus senhores e até para alguns cativos que, a partir de seu ganho particular encontravam um meio de comprar sua alforria ou a de parentes. Além das profissões outra fonte de renda consistia na venda de peixes e de material cultivado em roça própria, atividades essas realizadas após servir o senhor ou aos finais de semana. Nesse cenário também aparecem os “escravos de ganho” que, apesar de serem propriedade de alguém, precisavam trabalhar para seu sustento, pagando uma parte do que recebiam para seu

---

<sup>72</sup> REBELATTO, Martha. Op. Cit.

<sup>73</sup> Idem.

senhores. Estavam presentes principalmente na área urbana e desenvolviam atividades diversas.<sup>74</sup>

A possibilidade de ganhos financeiros com suas atividades propiciava aos cativos a oportunidade de comprar sua liberdade. A alforria poderia ser comprada com recursos próprios, empréstimos, troca de favores com a família proprietária ou com terceiros, ou poderia ainda ser uma doação dos senhores. No último caso, a alforria poderia ser anulada, esta possibilidade existiu até o ano de 1871. A negociação da liberdade poderia ser usada de diferentes formas pelos dois lados da escravidão, para o senhor, a promessa de alforria muitas vezes estava condicionada ao bom comportamento do escravo. Para o escravo, a alforria poderia significar a autonomia sobre seu modo de vida, onde morar, com o que e para quem trabalhar.<sup>75</sup>

Nas últimas décadas do século XIX, o Brasil assiste ao surgimento de movimentos abolicionistas em todo seu território. Na Ilha de Santa Catarina não foi diferente. Clubes e sociedades foram criados e tiveram curta ou longa duração, mas durante sua existência organizaram festas e reuniões em prol da liberdade dos escravos. No entanto, é bom salientar que nem todos que participavam de tais clubes eram inteiramente favoráveis à abolição. Nesse momento, de forte pressão pelo movimento de liberdade vindo de outros países, participar desse movimento era também uma questão de status social, de aparências. Os anúncios de escravos fugidos vão dando espaço aos anúncios de alforrias concedidas como forma de demonstrar o apoio a causa abolicionista, em parte pela deslegitimação crescente da escravidão.<sup>76</sup>

Como tentamos demonstrar neste capítulo, a presença escrava na Ilha de Santa Catarina sempre foi muito forte, os cativos estiveram envolvidos em diferentes atividades produtivas na região e faziam parte do cotidiano da Ilha. Assim como em outros lugares sempre buscaram criar estratégias de vivência dentro do regime de escravidão, fossem elas as fugas, aquilombamentos ou a negociação de sua liberdade. Na atual cidade de Florianópolis não faltam lugares que façam referência a esta presença escrava. Ainda permanece nos remanescentes de unidades produtivas, como as armações, os engenhos e também nos antigos caminhos construídos por eles, parte da história da escravidão que ainda precisa ser contada.

---

<sup>74</sup> LIMA, Henrique Espada. Da escravidão à liberdade na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAM, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (orgs.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: EdUFSC, 2013.

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> REBELATTO, Martha. **Fugas escravas e quilombos na Ilha de Santa Catarina**, século XIX. Dissertação de Mestrado (Pós graduação em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.



### 3. PROPOSTA DE PESQUISA PARA FLORIANÓPOLIS

Este trabalho apresenta um primeiro esforço de pensar a arqueologia da escravidão para o município de Florianópolis. Como foi possível perceber através das informações apresentadas no capítulo 2 com relação à história de ocupação do espaço na Desterro do século XIX, a cidade possui um grande potencial para esse tipo de pesquisa, ainda inexplorado.. Apesar de Desterro não apresentar uma movimentação regional comparável com as grandes áreas cafeeiras ou açucareiras, foi, ao longo do século XIX, uma importante produtora e exportadora de farinha de mandioca, envolvendo nesta, e em outras atividades econômicas, um contingente considerável de mão de obra escrava.

Para analisar a importância da Arqueologia da Escravidão na construção de uma História da Escravidão em Florianópolis é necessário evidenciar quais informações podem ser levantadas a partir dessa vertente da Arqueologia. Isso envolve, entre outros aspectos, a identificação de sítios arqueológicos associados a este contexto, assim como a forma pela qual as fontes materiais coletadas nestes locais podem e vêm sendo trabalhadas. Como este trabalho partiu de um levantamento da bibliografia produzida nos últimos anos na área de pesquisa, não realizamos uma análise dos vestígios materiais coletados nos sítios já estudados pela arqueologia, mas sim do conhecimento produzido a partir do material evidenciado.

Inicialmente podem ser consideradas fontes para esta pesquisa as informações sobre locais de presença escrava levantadas pelo projeto “Florianópolis Arqueológica”, além de referências bibliográficas recentes que discutem o modo de vida desses grupos escravos, como é o caso do “Programa Santa Afro Catarina” e do “Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil”. Podemos partir dos três trabalhos para pensar locais e possibilidades para um estudo de arqueologia.

#### Programa Santa Afro Catarina

Programa desenvolvido por profissionais das áreas de História da Diáspora Africana, Patrimônio e Ensino de História da Universidade Federal de Santa Catarina, que promove visitas guiadas a roteiros históricos. Estes roteiros são construídos a partir de ampla pesquisa em arquivos sobre a história dos africanos e afrodescendentes em Santa Catarina. Os primeiros roteiros elaborados e que vem sendo realizados desde 2011 estão concentrados no município de Florianópolis. Conforme descrição contida no blog do programa:

A integração inovadora dos conteúdos de história da presença africana à discussão de patrimônio faz o diferencial do programa Santa Afro Catarina: ao agenciar uma nova gama de marcos urbanos como cenários de tramas históricas, ao atribuir novos significados a espaços já visitados, ou ainda ao enfatizar as ausências dos marcos materiais e o esquecimento da presença africana, as ações previstas proporcionam novos modos de percepção e de relacionamento com o passado configurado nos espaços urbano e rural.<sup>77</sup>

Entre os roteiros oferecidos atualmente estão Devoção ao Rosário e Festas de Africanos na Ilha, Viver de Quitandas e A Desterro de Cruz e Sousa que são executados no bairro Centro e apresentam aspectos da religiosidade e da cultura afro-brasileira, a presença de escravos e libertos na região que abrigou o porto e a Praça de Mercado e a trajetória do escritor e poeta Cruz e Sousa na cidade de Desterro. O roteiro “Armação baleeira e engenhos do Ribeirão da Ilha” faz uma viagem pela antiga paisagem rural da Ilha, região responsável por parte da produção de farinha de mandioca que era exportada através do porto, onde também a pesca da baleia ocupou importante espaço na economia ilhéu.<sup>78</sup>

#### Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Inventário organizado pelo Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense, em parceria com o Comitê Científico Internacional do Projeto da UNESCO “Rota do Escravo: Resistência, Herança e Liberdade”. Participaram da construção do inventário historiadores, antropólogos e geógrafos de várias universidades do país. Foram elencados inicialmente 100 Lugares de Memória que remetem a chegada de africanos no Brasil: “o inventário é sobre os locais onde é possível lembrar a chegada dos africanos ou identificar as marcas de sua presença e intervenção”. Conforme descrição do documento:

Esse trabalho deve ser entendido como um ponto de partida para novas e futuras ações (nos âmbitos federal, estadual e municipal), tanto no campo da pesquisa histórica, como no do ensino, educação patrimonial, divulgação e desenvolvimento do turismo cultural dos Lugares de Memória do Tráfico e História dos Africanos Escravizados no Brasil.<sup>79</sup>

<sup>77</sup> PROGRAMA SANTA AFRO CATARINA. **Programa de Educação Patrimonial sobre a Presença de Africanos e Afrodescendentes em Santa Catarina**. Disponível em: <http://santaafrocatarina.blogspot.com.br/> Acesso em: 10/11/2014.

<sup>78</sup> Idem.

<sup>79</sup> MATTOS, Hebe et alli. **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**. Rio de Janeiro: UFF, 2013.

Os Lugares de Memória foram organizados em sete categorias temáticas - Portos de chegada, locais de quarentena e venda; Desembarque ilegal; Casas, Terreiros e Candomblés; Igrejas e Irmandades; Trabalho e Cotidiano; Revoltas e Quilombos e Patrimônio Imaterial. Para Florianópolis foram listados cinco locais em três categorias:

Desembarque ilegal - Ilha do Campeche e Armação da Lagoinha – desembarque ilegal de aproximadamente 200 africanos em 1851 que foram posteriormente distribuídos para outros lugares da província.

Igreja e irmandades - Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito - Uma capela da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos construída entre 1787 e 1830 por africanos libertos e escravos. A Irmandade constituiu-se como a primeira associação de africanos e seus descendentes na Ilha de Santa Catarina

Trabalho e cotidiano - Porto de Desterro e Mercado Público – Local de desembarque de africanos escravizados, vindos principalmente do Rio de Janeiro, também local de trabalho de cativos e libertos nas atividades de estiva. Na região do Mercado, escravos atuavam com quitandeiros já que, o aluguel de espaços do mercado não era permitido aos mesmos.

Trabalho e cotidiano - Capela de Sant’Anna – construída em 1772, fazia parte da Armação de Sant’Anna da Lagoinha. Local de batismo de africanos e seus filhos.

Trabalho e cotidiano - Fazenda da Tapera da Barra do Sul - conjunto histórico-arqueológico ocupado desde fins do século XVIII composto por engenhos de farinha, açúcar e café, alambiques, ranchos de canoa, olaria, senzala, capela, cemitério e porto.<sup>80</sup>

#### Florianópolis Arqueológica:

Projeto desenvolvido pelo Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia (LEIA), da Universidade Federal de Santa Catarina. A partir de uma pesquisa bibliográfica na base de dados do IPHAN, em publicações acadêmicas e relatórios de impacto ambiental foram encontrados registros para 221 sítios arqueológicos de diferentes tipos e períodos no município de Florianópolis. Na etapa de campo a maior parte dos sítios cadastrados foi revisitada e tiveram suas informações atualizadas (ver mapa com localização dos sítios arqueológicos no Anexo A).<sup>81</sup>

Cabe destacar que este projeto visa o recadastramento de sítios arqueológicos já citados na bibliografia pertinente. No entanto, durante a etapa de campo, ao entrevistar moradores sobre a existência e localização de sítios arqueológicos, os pesquisadores tiveram

<sup>80</sup> Ibidem.

<sup>81</sup> BUENO, Lucas. et alli. **Florianópolis Arqueológica**. Projeto de Pesquisa. No prelo.

acesso a informações sobre novos locais com presença de vestígios arqueológicos. Isto inclui tanto sítios do período pré-colonial, como sambaquis, inscrições rupestres e oficinas líticas quanto do período histórico, pós ocupação europeia da Ilha, o que envolve, em sua maioria, remanescentes de engenhos e residências.

No caso específico do tema deste trabalho, foi possível obter informações tanto a respeito de sítios novos quanto de sítios já cadastrados. Dentre os já cadastrados podemos mencionar o Caminho da Gurita (na lagoa do Peri), a antiga Armação da Lagoinha e a antiga Fazenda da Tapera. As “novas” informações indicam locais como: um poço construído por escravos e uma “senzala de reprodução” em uma localidade do norte da Ilha.

Abaixo apresentamos uma breve descrição desses locais:

Poço dos Escravos - Antigo poço construído em pedras localizado em Balneário dos Açores e conhecido na localidade como “poço dos escravos”;

Fazenda da Tapera - Conjunto histórico formado por remanescentes da antiga Fazenda da Tapera. A fazenda era composta por engenho de açúcar e alambique, engenho de farinha de mandioca, atafona de milho, chumbador de café, casa grande, senzala, igreja e cemitério. Posteriormente com a demolição da igreja, uma de suas paredes foi aproveitada para a construção de uma residência com características portuguesas. Além das estruturas mais antigas também fazem parte do conjunto um estaleiro, uma olaria e uma açude, os dois últimos associados (Figuras 1 e 2);

Caminho da Gurita - Antigo caminho localizado nas dependências do Parque Municipal da Lagoa do Peri. O caminho margeia a lagoa e é utilizado como trilha de acesso a uma cachoeira do parque. Acredita-se que tenha sido construído por escravos. Em alguns trechos ainda é possível ver as pedras que foram utilizadas em sua pavimentação;

Armação de Sant’Anna da Lagoinha – remanescentes da antiga armação baleeira. Parte desse sítio sofreu intervenção arqueológica nas décadas de 1960 e 1970 realizada por Pe. João Alfredo Rohr, porém o material coletado não foi pesquisado já que o objeto da pesquisa era o sítio conchífero sob a estrutura da armação (Figuras 3 a 6).<sup>82</sup>

A partir dos três estudos anteriormente mencionados é possível compor um mapeamento inicial dos sítios arqueológicos que podem colaborar no entendimento dos modos de vida e sobrevivência das populações escravas. Tal mapeamento deve ser ampliado a partir de novas pesquisas tanto historiográficas quanto arqueológicas. A princípio a região sul da Ilha mostra um potencial maior, fato talvez creditado ao seu processo de urbanização mais

---

<sup>82</sup> Ibidem.

lento em relação ao restante do município, o que pode ter colaborado para a manutenção dos remanescentes históricos. Dentre os locais listados, a Fazenda da Tapera e a Armação da Lagoinha são dois exemplos de sítios de fácil acesso e que, como testemunhos silenciosos, fazem parte da paisagem atual da região.

As ruínas da fazenda estão rodeadas e de certa forma protegidas por exuberante mata em regeneração. Em alguns pontos a vegetação cresce por cima das paredes de pedra o que pode acelerar o processo de desaparecimento das estruturas.

Figura 01 – Fazenda da Tapera da Barra do Sul.



Residência com características portuguesas, sede da antiga fazenda. Fonte: Projeto Florianópolis Arqueológica.

Figura 02 – Fazenda da Tapera da Barra do Sul.



Estrutura em pedra remanescente da antiga fazenda. Fonte: Projeto Florianópolis Arqueológica.

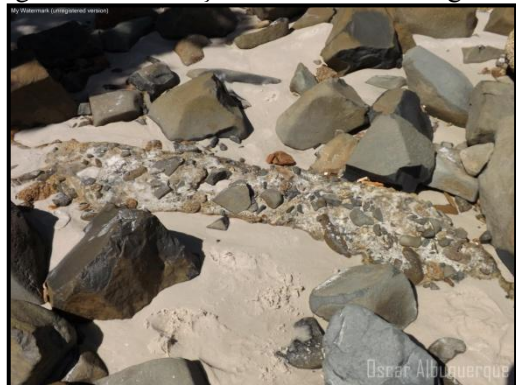
O que restou da armação convive hoje com pescadores e banhistas na praia da Armação. Na ilha do Campeche, as pedras argamassadas estão a maior parte do tempo cobertas por areia e apenas são vistas em períodos de maré baixa. O material coletado por Pe. Rohr na Praia da Armação está salvaguardado no Museu do Homem do Sambaqui

Figura 03 – Armação Sant'Anna da Lagoinha.



Fonte: Projeto Florianópolis Arqueológica.

Figura 04 – Armação Sant'Anna da Lagoinha.



Fonte: Página da Ilha do Campeche no Facebook.

Figura 05 – Material arqueológico proveniente da Armação Sant'Anna da Lagoinha.



Fonte: Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr - Colégio Catarinense. Foto: Beatriz Mendes.

Figura 06 – Material arqueológico proveniente da Armação Sant'Anna da Lagoinha.



Fonte: Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr - Colégio Catarinense. Foto: Beatriz Mendes.

Sítios arqueológicos relacionados às fugas escravas ainda não são conhecidos em Florianópolis, apesar da historiografia acusar a existência de quilombos na Ilha. A maior parte dos quilombos estudados pela arqueologia são aqueles que melhor foram documentados, a exemplo do Quilombo dos Palmares e do Quilombo do Ambrósio. Parte desta documentação diz respeito às tentativas de destruição dos mesmos. A existência de quilombos na Ilha é atestada pela documentação levantada por Martha Rebelatto em sua dissertação de Mestrado. Neste estudo são listados três locais que reuniram na primeira metade do século XIX escravos fugidos: Quilombo do Faxinal, da Lagoa e Estanislau. A localização exata não é conhecida, assim como informações acerca de quantos cativos abrigaram e por quanto tempo. O espaço ocupado pelos quilombolas pode se tornar uma grande fonte de informação sobre seu modo de vida e para sua localização é necessário ampliar a busca por evidências que comprovem a existência de tais quilombos através de levantamento de informação oral e prospecções sistemáticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da escravidão em Florianópolis tem conquistado cada vez mais interessados em diferentes áreas de pesquisa e, não é para menos. Esse período da história tão extenso e complexo sempre tem algo mais a ser revelado ou revisto. Desde enfoques na estrutura do sistema escravista até o estudo do comum e do banal, diferentes abordagens vêm sendo exploradas. Cerâmicas com decoração semelhante às escarificações, objetos reciclados, dentes modificados são exemplos de evidências materiais de resistência à escravidão e manutenção da cultura africana. Porém, tais evidências ainda não possuem espaço significativo no que tange a produção de conhecimento acerca do tema na capital catarinense.

Trabalhos recentes na história da escravidão tem se voltado para o indivíduo, passando a pensar o escravo não mais como um número nas estatísticas. As evidências materiais aliadas aos documentos textuais possuem um papel importante nessa mudança metodológica. O estudo combinado em unidades produtivas, domésticas e quilombos têm muito a oferecer quanto a informações sobre a diversidade da vida material, arranjos econômicos e as práticas cotidianas mantidas pelos escravos, consentidas ou não por seus senhores.

Porém, é comum associar determinados tipos de utensílios ou materiais a grupos sociais específicos. Entretanto, ao fazer a análise de testemunhos materiais em sítios arqueológicos deve-se ter a preocupação com a apropriação dos objetos. Em quais circunstâncias foram produzidos ou adquiridos, de que forma eram utilizados. Apesar das limitações impostas, africanos e afro descendentes desenvolveram estratégias que lhes permitiam muitas vezes, manter determinados costumes de forma adaptada.

Ao levantar estas questões percebemos que a caminhada é longa e há muito trabalho a ser feito. A arqueologia é por natureza uma ciência interdisciplinar e diante do grande potencial apresentado pelo município é imprescindível pensar em estudos das mais diferentes áreas se complementando e agregando novas informações a respeito dos grupos escravos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- AGOSTINI, Camilla (org.). **Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- BORBA, Fernanda Mara. **Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em São Francisco do Sul**. Joinville, SC: Editora da Univille, 2014.
- BUENO, Lucas. et alli. **Florianópolis Arqueológica**. Projeto de Pesquisa. No prelo.
- CARNEIRO, Edison. **Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- COSTA, Diogo Meneses. Arqueologias Históricas: um panorama espacial e temporal. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica** – v. 4, n. 2, jul./dez. 2010.
- FERREIRA, Lucio Menezes. Arqueologia da escravidão e arqueologia pública: algumas interfaces. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica** – v. 3, n. 1, jan./jun. 2009.
- \_\_\_\_\_. Sobre o conceito de arqueologia de diáspora africana. **MÉTIS: história & cultura** – v. 8, n. 16, p. 267-275, jul./dez. 2009.
- FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FUNARI, Pedro Paulo. A arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. **Revista de História Regional** 6(2): 35-41, inverno 2001.
- \_\_\_\_\_. A “República de Palmares” e a arqueologia da Serra da Barriga. **Revista USP**, 28: 6-13, 1996.
- GASPAR, Maria Dulce. História da construção da Arqueologia Histórica Brasileira. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 13: 269-301, 2003.
- GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- HAAG, Carlos. Ossos que falam: escavações na zona portuária do Rio de Janeiro revelam retrato pouco conhecido da escravidão. **Pesquisa FAPESP**, n. 190 (2011), pp. 24-9.
- HÜBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade do Desterro no século XIX**. Florianópolis: EdUFSC, 1981.
- LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista Nova Série** N° 1, 1993.



MAMIGONIAM, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: FRAGOSO, João [et al] (orgs.). **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: Edufes; Lisboa: ICT, 2006.

MAMIGONIAM, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (orgs.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: EdUFSC, 2013.

MATTOS, Hebe et alli. **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**. Rio de Janeiro: UFF, 2013.

MENESES, Ulpiano Bezerra . A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, n.15:103-117,1983.

ORSER JR, Charles E. & FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia da Resistência Escrava. **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio – v. 1, n. 2**. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul./dez. 2004.

ORSER JR, Charles E. Rumo a uma arqueologia histórica global: um exemplo do Brasil. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica – v. 6, n. 2, jul./dez. 2012**.

PROGRAMA SANTA AFRO CATARINA. **Programa de Educação Patrimonial sobre a Presença de Africanos e Afrodescendentes em Santa Catarina**. Disponível em: <http://santaafrocatarina.blogspot.com.br/> Acesso em: 10/11/2014.

REBELATTO, Martha. **Fugas escravas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX**. Dissertação de Mestrado (Pós graduação em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

\_\_\_\_\_. Fugas e Quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX. **Revista Afro-Ásia**, 36: 81-110, 2007.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SINGLETON, Theresa A. & SOUZA, Marcos André Torres de. Reflexões sobre a arqueologia da diáspora africana no Brasil. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica – v. 7, n. 1, jan./jun. 2013**.

SOUZA, Marcos André Torres de. Introdução: arqueologia da diáspora africana no Brasil. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica – v. 7, n. 1, jan./jun. 2013**.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. A Arqueologia da Diáspora Africana nos Estados Unidos e no Brasil: problemáticas e modelos. **Revista Afro-Ásia**, 49: 159-198, 2014.

SYMANSKI, Luís Cláudio; GOMES, Flávio. Arqueologia da escravidão em fazendas jesuítas: primeiras notícias da pesquisa. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.309-317.

## ANEXO A - Mapa dos sítios arqueológicos localizados em Florianópolis

